

International Society for Knowledge Organization
ISKO España – Portugal



XII Congreso ISKO España
II Congreso ISKO España-Portugal

**Organización del conocimiento:
sistemas de información abiertos**

ACTAS



UNIVERSIDAD DE
MURCIA

Facultad de Comunicación
y Documentación
19 y 20 de noviembre de 2015

CENTUM
CIEN AÑOS DE LA UNIVERSIDAD DE MURCIA
1915 | 2015

International Society for Knowledge Organization
ISKO España – Portugal

II Congreso ISKO España-Portugal
XII Congreso ISKO España

Organización del conocimiento:
sistemas de información abiertos

ACTAS

Murcia
Universidad de Murcia
2015

Ficha técnica:

Título: *Organización del conocimiento: sistemas de información abiertos*

Autor: II Congreso ISKO España y Portugal / XII Congreso ISKO España

Editores: José Vicente Rodríguez Muñoz, Isidoro Gil Leiva, Pedro Manuel Díaz Ortuño, Francisco Javier Martínez Méndez.

Edición: Facultad de Comunicación y Documentación. Universidad de Murcia.

ISBN: 978-84-608-3558-5



Catálogo sob a perspectiva dos artigos publicados em revistas científicas nacionais avaliados nos estratos B1, B2 e B3 no sistema Qualis a partir de 1998

Cataloging from the perspective of articles published in national journals evaluated in strata B1, B2 and B3 in the Qualis system from 1998

Helena Campos Assumpção (1), Zaira Regina Zafalon (2)

Universidade Federal de São Carlos, Rod. Washington Luís, km 235, São Carlos/SP, Monjolinho, CEP 13565-905. (1) Email: helena.assumpa@yahoo.com.br. (2) Email: zzafalon@gmail.com.

Resumo

Centra-se na análise de artigos sobre catalogação em periódicos científicos brasileiros, a partir de 1998, marco na área diante da publicação da obra *Functional Requirements for Bibliographical Records* (FRBR). O recorte dos periódicos científicos foi feito considerando-se os estratos B1, B2 e B3 no Qualis, definidos segundo critérios que orientam o desempenho e o julgamento dos programas de pós-graduação no Brasil. Definiu-se como objetivo analisar os artigos, com estudos de catalogação, nos periódicos científicos brasileiros, com estratos Qualis B1, B2 e B3, no período de 1998 a 2013. Com abordagem quali-quantitativa, a pesquisa configura-se como exploratória e descritiva e recorre-se à pesquisa documental e bibliográfica, para o estudo do arcabouço teórico, ao formulário, para a coleta de dados, e à análise de conteúdo, para definição da pertinência temática. Foram estudados aspectos teóricos da catalogação, identificados os periódicos científicos e os artigos, segundo critérios de estratificação, de adequação à área e de pertinência temática. Como resultados observou-se que, apesar do aumento em 600% na publicação de artigos sobre catalogação nos periódicos científicos brasileiros, estes não apresentam correlação com a publicação dos FRBR, e centram-se em Ontologia, Organização da Informação e Metadados.

Palabras clave: Catalogação. Organização e representação da informação. FRBR. Ontologia. Metadados.

1. Introdução

Esta pesquisa está centrada na catalogação, em especial no período de 1998 a 2013, e considera em seu bojo o fato de que, na representação de informações, a padronização é essencial, tendo em vista a ampliação promovida, inclusive, pela adoção de recursos tecnológicos, e deve-se levar em conta as necessidades dos

Abstract

It focuses on the analysis of articles on cataloging in Brazilian scientific journals, from 1998 landmark in the area before the publication of *Functional Requirements for Bibliographical Records* (FRBR). The clipping of scientific journals was done considering the layers B1, B2 and B3 in the Qualis, defined according to criteria that guide the performance and the judgment of graduate programs in Brazil. It was decided to analyze the articles, with cataloging studies in Brazilian scientific journals, with strata Qualis B1, B2 and B3, from 1998 to 2013. With a qualitative approach, research is characterized as exploratory and descriptive and uses is directed to the documentary and bibliographical research, to study theoretical framework, to form, to collect data, and content analysis, to define the thematic relevance. Theoretical aspects of cataloging were studied, identified scientific journals and articles, according stratification criteria of suitability to the area and thematic relevance. As a result it was observed that, despite the increase by 600% in publishing articles on cataloging the Brazilian scientific journals, they do not sit a correlation with the publication of FRBR, and focus on Ontology, Organization of Information and Metadata.

Keywords: Cataloging. Organization and representation of information. FRBR. Ontology. Metadata.

usuários. Diz respeito, portanto, ao estudo da representação de recursos informacionais, do desenvolvimento tecnológico e de aspectos teóricos e metodológicos da catalogação.

A disponibilização de recursos informacionais está permeada de estruturas computacionais e de métodos de definição de metadados. Diante dessa constatação observa-se que a produção,

a organização, a distribuição, o acesso, o armazenamento, a preservação, o uso e o reuso dos recursos informacionais foram reconfigurados. Está posto, portanto, novo contexto sociocultural, educacional e econômico. Aliado a esses fatores há o crescimento exponencial de acervos documentais nas mais variadas comunidades que fazem uso corrente ou potencial de padrões de descrição. Incluem-se tanto as comunidades voltadas ao patrimônio cultural (arquivos, bibliotecas e museus) quanto as da indústria da informação (organizações que compõem tanto o público quanto a web comercial), cada qual com demanda informacional própria. No âmbito técnico-funcional-administrativo dessas instituições, o emprego de tecnologias de informação e comunicação tornou-se constante, o que favorece tanto o surgimento quanto a inovação de várias atividades cooperativas.

Nesse sentido, analisar o cenário brasileiro das pesquisas desenvolvidas na área de Catalogação torna-se necessário, uma vez que, para Ranganathan e Gopinath (1967), recorrer a mecanismos computacionais nas atividades do dia-a-dia das comunidades, como substitutos das atividades manuais e mecânicas, exige viabilidade econômica e, em última instância, indica o estágio de desenvolvimento de um país.

Manter o foco da representação nas necessidades informacionais do público a que se propõe atender caracteriza o princípio do objetivo bibliográfico da catalogação, uma vez que, por meio de registros bibliográficos disponíveis em catálogos, é possível promover a recuperação da informação, tanto por humanos quanto por máquinas, posto que veiculam mensagens codificadas sobre os recursos informacionais de modo a atender e a se nutrir das informações demandadas pelas comunidades.

Dada a relação entre itens documentais e demandas informacionais, o esquema de comunicação proposto por Shannon (1948; 1969) pode ser (re)configurado, conforme Figura 1.



Figura 1. Esquema do processo comunicativo entre recursos informacionais e comunidades por meio de metadados

A catalogação, pautada, portanto, nos objetivos bibliográficos, foi discutida por Panizzi, em 1841, Cutter, em 1876, Lubetzky, em 1960, o que culminou na definição de *Statement of principles* (Princípios de Paris), com o propósito de

servir como bases para a normalização internacional na catalogação. Entretanto, Svenonius (2000), discute o fato de que tais princípios limitavam a função do catálogo uma vez que restringiam-se à organização dos documentos por autor e título.

Diante da necessidade de se reconfigurar os princípios de catalogação indicados em 1961 a IFLA indica, em 1997, sua revisão. Entretanto, Svenonius (2000) apresenta críticas e destaca que os quatro princípios indicados no documento (*encontrar, identificar, selecionar e obter*) são insuficientes para a identificação das necessidades dos usuários e propõe a inserção do princípio da *navegação*, princípio definido com destaque para o meio pelo qual se navega em um universo bibliográfico no processo de recuperar o documento desejado. A autora argumenta essa inserção partindo do fato de que alguns usuários sabem exatamente o que querem ao realizar a busca por informação, enquanto outros não sabem bem ou não são capazes de reconhecer o objeto de sua pesquisa, ou, ainda, não são capazes de reconhecer imediatamente quando encontram. Ela também está amparada quanto à inserção do princípio da *navegação* devido ao fato de que os códigos das regras bibliográficas utilizadas para organizar os documentos assumem essa existência e estabelecem relacionamentos bibliográficos, especificando a relação entre obras e também as relações envolvendo os atributos da obra, como autores e assuntos. Desse modo, a autora afirma que o objetivo da navegação fornece a garantia ao usuário e também ao código.

A IFLA reconheceu a importância da contribuição de Svenonius e publicou, em 2009, a Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação, a qual estabelece como princípios:

4.1 Encontrar recursos bibliográficos numa coleção como resultado de uma pesquisa, utilizando atributos e relações entre recursos:

4.1.1 Para **encontrar** um determinado recurso;

4.1.2 Para **encontrar** conjuntos de recursos representando

todos os recursos que pertencem à mesma obra;

todos os recursos que representam a mesma expressão;

todos os recursos que exemplificam a mesma manifestação;

todos os recursos associados a determinada pessoa, família ou coletividade (entidade);

todos os recursos sobre um determinado assunto;

todos os recursos definidos por outros critérios (língua, lugar de publicação, data de publicação,

tipo de conteúdo, tipo de suporte, etc.), normalmente como uma delimitação secundária de um resultado de pesquisa;

4.2 Identificar um recurso bibliográfico ou agente (ou seja, confirmar que a entidade descrita corresponde à entidade procurada ou distinguir entre duas ou mais entidades com características similares);

4.3 Selecionar um recurso bibliográfico que seja apropriado às necessidades do usuário, (ou seja, escolher um recurso que esteja de acordo com as necessidades do usuário, no que diz respeito ao conteúdo, suporte, etc. ou rejeitar um recurso que seja inadequado às necessidades do usuário);

4.4 Adquirir ou **obter** acesso a um item descrito (ou seja, fornecer informação que permitirá ao usuário adquirir um item por meio de compra, empréstimo, etc. ou acessar eletronicamente um item por meio de uma ligação em linha a uma fonte remota); ou acessar, adquirir ou obter dados bibliográficos ou de autoridade;

4.5 Navegar num catálogo ou para além dele através da organização lógica dos dados bibliográficos e de autoridade e da apresentação de formas claras de se navegar, incluindo a apresentação de relações entre obras, expressões, manifestações, itens, pessoas, famílias, entidades coletivas, conceitos, objetos, eventos e lugares.

A reconfiguração da declaração exerce, portanto, forte impacto nos catálogos, uma vez que destaca a recuperação da informação pela comunidade. Estes, por sua vez, devem pautar-se na funcionalidade exercida pelos registros bibliográficos.

Estudos que buscavam compreender a funcionalidade dos registros no universo bibliográfico foram desenvolvidos por um grupo de trabalho nomeado pela IFLA, o qual tinha o objetivo de propor uma arquitetura estruturada e claramente definida na qual pudessem ser criadas relações entre os dados presentes nos registros bibliográficos e as necessidades dos usuários, e recomendar um nível básico da funcionalidade dos registros. Tais estudos culminaram, em 1997, na aprovação de relatório intitulado *Functional Requirements for Bibliographic Records* (identificado internacionalmente como FRBR) pelo *Standing Committee on Cataloguing* da IFLA.

O modelo FRBR é um modelo caracterizado como entidade-relacionamento e mantém o usuário como ponto de partida para a definição do modelo. Em um modelo entidade-relacionamento devem ser reconhecidos as entidades, os atributos e as relações entre as entidades.

Desse modo, no modelo FRBR, destacam-se três grupos de entidades:

- a) Grupo 1, no qual identificam-se os produtos do trabalho intelectual ou artístico: obra, expressão, manifestação e item;
- b) Grupo 2, com identificação dos responsáveis pelo conteúdo intelectual: pessoas e instituições;
- c) Grupo 3, com destaque para os assuntos: conceito, objeto, acontecimento, lugar e todas as entidades dos grupos 1 e 2.

Segundo Oliver (2010), os atributos, definidos para cada entidade identificada, podem ser intrínsecos (descobertos ao analisar a entidade) e extrínsecos (fora da entidade, definidos por um identificador, por exemplo). Fundamental na definição do modelo é a identificação e o mapeamento das relações entre as entidades. As definições, os exemplos e a especificidade dos atributos e dos relacionamentos, não são objeto de discussão nesta pesquisa, e devem ser consultados em IFLA (2009), publicação aprovada pelo grupo de estudo em 1997 e que conta com alterações e correções datadas de 2009.

Assim, examina-se que, a partir de 1998, com a publicação de *Functional Requirements for Bibliographical Records* retoma-se a relevância do usuário, definem-se outros modelos conceituais para a catalogação e tecnologias usadas forma reconfiguradas. Essas mudanças refletiram nas atividades dos bibliotecários.

Desse modo, devido às grandes mudanças ocorridas no cenário internacional de estudos teóricos e práticos da catalogação, interessou-se estudar: qual a repercussão que os estudos de catalogação tiveram nos artigos publicados em revistas científicas nacionais com estrato B1, B2 e B3 no sistema Qualis, a partir de 1998?

Optou-se por pesquisar no sistema Qualis para avaliar a produção intelectual presente nas publicações avaliadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES). O Qualis envolve uma série de procedimentos utilizados para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação e, como resultado, disponibiliza uma lista com a indicação estratificada das publicações utilizadas para divulgação científica dos programas. Os estratos indicativos de qualidade em publicações periódicas científicas são A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C.

O recorte feito na pesquisa, para o estudo para análise das publicações periódicas científicas classificadas nos estratos B1, B2 e B3 foi feito a partir da análise da tabela 1.

Estrato	Pontuação	Qtde. Periódicos	Proporção
A1	100	46	2,93 %
A2	85	61	3,99 %
B1	70	167	10,90 %
B2	55	99	6,46 %
B3	40	174	11,35 %
B4	25	259	16,90 %
B5	10	425	27,74 %
C	0	301	19,64 %
Total		1.532	100 %

Tabela I – Quantidade de periódicos científicos identificados nos estratos do Qualis

Considerou-se a opção pelos estratos B1, B2 e B3 visto que estes são responsáveis por mais de um quarto das publicações (28,71%) na área de avaliação. Outros estratos foram desconsiderados dado que: os estratos A1 (nota 100) e A2 (nota 85) representam a menor proporção das publicações científicas, que as notas obtidas pelos estratos B4 (nota 25) e B5 (nota 10) indicam notas bem menores que a nota média, e, ainda, que o estrato C indica publicações que não são consideradas científicas.

Diante da questão de pesquisa proposta determinou-se, como objetivo principal, analisar os artigos sobre catalogação publicados em periódicos científicos nacionais com estratos B1, B2 e B3 no Qualis, no período de 1998 a 2013.

Para atingir este objetivo estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos:

- estudar a configuração da catalogação;
- identificar os periódicos nacionais classificados nos estratos B1, B2 e B3 do Qualis na área de Ciências Sociais Aplicadas I;
- identificar os artigos publicados no período de 1998 a 2013 sobre catalogação.

Tendo em vista o cenário internacional, o surgimento de novas tecnologias, as publicações internacionais de catalogação, justificou-se o desenvolvimento desta pesquisa, uma vez que pode enriquecer as contribuições profissionais e acadêmicas que os resultados possam identificar. Destaca-se, como contribuição profissional, o fato de que a divulgação das publicações faz parte das necessidades de atualização profissional e o acompanhamento e discussão dos estudos.

Como contribuição acadêmica vislumbra-se a compilação do estado da arte, neste universo de pesquisa, da catalogação na ciência nacional.

Tendo em vista a apresentação dos aspectos teóricos da pesquisa apresenta-se o próximo tópico.

2. Aproximações teóricas

Com o intuito de se estabelecer o cunho teórico no qual a pesquisa foi desenvolvida, o tópico dedica-se ao cenário da catalogação e das publicações científicas.

A catalogação é um processo utilizado para representar informações de modo a garantir a recuperação por comunidades, uma vez que cientistas da informação entendem como relevante a necessidade de se transmitir as informações contidas nos documentos aos usuários. Para que seja possível manter um padrão na representação é requerido o uso de regras e códigos de catalogação.

Smiraglia (2003) afirma que o catálogo surgiu com o propósito de armazenar e facilitar o trabalho do bibliotecário mas, com o passar do tempo e com o aumento da produção documental, notou-se a necessidade de uma nova organização nas bibliotecas. Devido à esses fatores, Thomas Hyde criou em 1674 o primeiro catálogo de autores para a biblioteca de Bodleian, em Oxford, o que facilitou a busca para os usuários.

Denton (2007), por sua vez, aponta que, no século XIX começam ocorrer mudanças importantes no cenário da catalogação. Em 1841, o italiano Panizzi defende a ideia de que o catálogo deve reunir e diferenciar os itens semelhantes e que o catálogo deve ter como função, além de indicar se há o livro na biblioteca, se há outras edições e obras do autor. Sendo assim, estabelece regras para a elaboração do catálogo do Museu Britânico que se tornaram conhecidas como *As 91 regras de Panizzi*.

Barbosa (1978) destaca que, em 1852, o americano Jewett reconheceu a catalogação coletiva e elaborou um código de catalogação, com regras baseadas no código de Panizzi, para as bibliotecas americanas. Foi o primeiro americano a utilizar o autor como ponto de entrada. Ainda no século XIX, em 1868, Charles Cutter passa a observar, na Biblioteca de Athenæum, as necessidades dos usuários. Após alguns anos de trabalho, já em 1876, ele desenvolve um código, *Rules for a dictionary catalog*, que indica a autoria das obras literárias.

O Joint Committee for Development of RDA (2009) destaca que, em 1893, publicaram-se *Cataloguing Rules*, criada pela *Library Association (LA)* localizada na Inglaterra. Essa obra adotava a autoria como ponto de acesso principal.

Em 1899, foram publicadas as *Prussian Instructions*, regras adotadas na Alemanha e em muitos países da Europa e traduzidas para o inglês em 1938, conforme afirma Barbosa (1978), e trad. Essas regras abordavam a autoria coletiva e as obras anônimas, reconhecidas como necessárias a um código internacional somente em 1936.

Segundo Denton (2007), a American Library Association (ALA) começou a criar, em 1900, um código de catalogação padrão, o que contou com a ajuda de Cutter, que veio a falecer em 1902. Sendo assim, John Dewey, membro fundador da ALA, propôs parceria aos membros da Library Association para a publicação de *Catalog Rules, Author and Title Entry*, que ocorreu em 1908.

Figueiredo (1992) indica a relevante contribuição do indiano Shiyali Ramamrita Ranganathan para a catalogação, em decorrência da publicação das cinco leis da biblioteconomia em 1931. Estas leis são importantes por conta do destaque para o atendimento às necessidades dos usuários. Em suma, a primeira lei, *Os livros são para uso*, onde está escrito livro, pode ser aplicada obra. A segunda, que profere *A cada leitor o seu livro*, indica a necessidade de se conhecer o público a que se destinam os registros, dado que a catalogação deve ter significado aos usuários. Na lei seguinte *A cada livro seu leitor*, indica o destaque que o acervo tem para o leitor e de que é preciso divulgá-lo. A quarta lei, *Poupe o tempo do leitor*, apresenta a economia de tempo como imperiosa para o sucesso do atendimento às necessidades do público, uma vez que a catalogação, por caracterizar-se como processo de representação do documento, de indicação da localização e pela definição de pontos pelos quais o mesmo pode ser acessado, abrevia o tempo de busca e obtenção da informação desejada. A última lei *A biblioteca é um organismo em crescimento*, constata a atualização da biblioteca, tanto no que se refere aos seus processos, quanto ao seu acervo e, principalmente, as mudanças nas demandas informacionais.

As *Catalog Rules, Author and Title* foram revisadas e, em 1941, lançou-se a segunda edição, com 324 regras e dividida em duas partes. Entretanto, a edição foi criticada dada a complexidade e ao alto grau de detalhamento. De acordo com Joint Steering Committee For Development of RDA (2009), as regras publicadas pela ALA não abordavam a temática da catalogação descritiva. Assim, a ALA adota *Rules for Descriptive Cataloging*, publicada em 1949 por Lubetzky, bibliotecário na Library of Congress. Estas regras foram muito criticadas por serem muito

detalhadas. Sendo assim, no mesmo ano, foi publicada a revisão *Cataloging Rules for Author and Title Entries*, que continha apenas regras de entrada e de título. Em 1953, Lubetzky publicou *Cataloging Rules and Principles*.

Em 1961, com o intuito de se estabelecer princípios para a criação de catálogos com pontos de acesso de autores e títulos, a IFLA (International Federation of Library Associations and Institutions) promove um encontro em Paris, que passou a ser identificado como Conferência de Paris. Esse evento é considerado como um dos primeiros esforços para uma normalização internacional na catalogação e um marco para a definição de que os códigos de catalogação desenvolvidos após esta data deveriam seguir os princípios estabelecidos na conferência realizada pela IFLA. (IFLA, 2009).

Corrêa (2008) destaca que, em 1971, com a publicação da International Standard for Bibliographical Description (ISBD), pela IFLA, indicouse um conjunto de regras para a criação de descrições bibliográficas, uma vez que indica os elementos necessários para a descrição de diferentes tipos de documentos. Por ser considerada de âmbito internacional foi adotada por vários países, contribuindo, desse modo, para que discrepância na representação de informações fossem evitadas.

Conforme Oliver (2011), as AACR foram revisadas em 1967 e, em 1978, publicou-se a segunda edição, identificada como AACR2. O autor destaca que, desde então, foram as mais utilizadas no mundo, inclusive em países de língua não-inglesa. Inicialmente, as AACR foram desenvolvidas como um código de catalogação de livros, periódicos impressos e outros documentos em papel. Sucessivamente foram anexadas regras sobre outras mídias, mas sua estrutura continua remetendo a dos catálogos tradicionais em papel.

Segundo Moreno (2009), com o passar do tempo e a criação de novas tecnologias, os Princípios de Paris não eram mais suficientes para representar as mudanças ocorridas nas bibliotecas e nos catálogos. Dessa forma, foram realizados encontros para atualizar os princípios de catalogação com o objetivo de satisfazer as novas necessidades dos usuários. Esses encontros, chamados de IFLA Meetings of Experts on an International Cataloguing Code (IME-ICC), tinham, como o próprio nome sugere, o objetivo de promover o desenvolvimento de um código de catalogação internacional para descrição bibliográfica e acesso aos recursos. Recorreram, então, à comparação de semelhanças e diferenças entre os códigos adotados em vá-

rios países para, futuramente, tivesse condições de propor um código de catalogação internacional.

De acordo com a IFLA (2014), o primeiro encontro foi realizado em 2003 em Frankfurt, Alemanha. Além dos países Europeus, os autores das regras Anglo-Americanas também participaram. Conforme Tillet (2007), em 2004 realizou-se o segundo encontro, em Buenos Aires, Argentina, com a participação de integrantes de 14 países da América Latina. Nesta edição o objetivo era de rever e atualizar a declaração de princípios realizada na Europa e comparar o código utilizado na Europa com o código usado na América Latina (TILLET, 2007). Segundo a IFLA (2005), em Cairo, no Egito, foi realizado o terceiro encontro, em 2005, que contou com a presença dos países árabes do Oriente Médio. Eles examinaram os códigos utilizados por eles para confrontar com os Princípios de Paris. De acordo com Tillet (2007), o quarto encontro foi realizado para estudos pelos países asiáticos, em Seul, na Coreia do Sul, no ano de 2006. Esse encontro contou com a participação de representantes de 12 países asiáticos. Segundo a IFLA (2007), o quinto e último encontro foi realizado na África do Sul, em Pretória no ano de 2007. Através desse encontro, pode-se verificar as semelhanças e diferenças dos códigos utilizados na África Subsaariana com os Princípios de Paris.

A partir destes encontros foram retomados os esforços para o estabelecimento de um código internacional de catalogação e o RDA foi apresentado como tal. A RDA foi desenvolvida por uma comissão de 4 países, entre eles, Austrália, Canadá, Grã-Bretanha e Estados Unidos, nomeada como Joint Steering Committee for Development of RDA. O RDA, com o propósito de ser utilizado num contexto internacional, tem o objetivo de, além de substituir a AACR2, focar a atenção no usuário e atender às novas exigências de representação e organização da informação (SILVA, 2012). Discutir o atingimento ou não do objetivo a que se propõe não é o foco nesta pesquisa.

De acordo com Silva (2012), a RDA, nome dado ao código de catalogação intitulado Resource Description and Access, foi desenvolvido com base nos Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR) e tem uma abordagem diferenciada para a descrição de recursos tecnológicos. A RDA apresenta um propósito mais abrangente uma vez que foi desenvolvida para atender às novas exigências de representação e organização da informação nos meios tecnológicos.

Assim sendo, as mudanças nos catálogos começaram a ocorrer em 1841. De acordo com Panizzi, os objetivos dos catálogos eram reunir e diferenciar os itens similares. Já em 1876, Cutter elabora objetivos fundamentados nas necessidades dos usuários. E foi a partir de então que os catálogos começaram a apresentar melhorias e mudanças (ZAFALON, 2011).

Com o surgimento de novas tecnologias, notou-se a necessidade de alterar os objetivos dos catálogos, isto é, focar novamente no usuário para que seja possível encontrar, identificar e selecionar a informação desejada. Para atingir esses objetivos recorreram-se aos modelos Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR) e Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade (FRAD), que tem como função permitir que o usuário navegue pelo catálogo diferenciando os registros e facilitar a busca (OLIVER, 2011; SILVA, 2012).

Dado o contexto necessário ao núcleo da pesquisa recorre-se às discussões sobre publicações periódicas científicas, visto que sua relevância está atrelada à difusão do conhecimento produzido nas universidades e ao objetivo de promover e registrar o progresso da ciência. Pelas publicações científicas também é possível calcular o desempenho dos docentes e discentes da universidade e o desenvolvimento de uma área. “A comunicação científica é o processo que acontece dentro de uma comunidade científica e/ou acadêmica para a transferência e socialização do conhecimento científico” (COSTA; AMARO; ASSIS, 2012, p. 37).

De acordo com Ziman (1979), até metade do século XVII, a troca de informações entre pesquisadores era feita através de cartas, livros e panfletos.

De fato, do ponto de vista da pesquisa, era razoável que as ideias inicialmente circulassem por meio de cartas manuscritas entre um pequeno círculo de amigos que poderiam analisá-las e, quando conveniente, testá-las e depois enviar a reposta (MEADOWS, 1999, p. 5).

Com o passar dos anos, a importância de se registrar as informações foi aumentando. Após a restauração da monarquia em Londres, em 1660, alguns grupos se reuniram para discutir questões filosóficas. Em 1662 os pesquisadores começaram a formalizar essas reuniões, dando surgimento à Royal Society, que objetivava coletar e analisar as informações importantes. A necessidade de registro de informações fez com que, em 1665, Denis de Sallo criasse um periódico com o intuito de publicar notícias sobre os acontecimentos da Europa (MEADOWS, 1999).

O fato é que a publicação de trabalhos científicos não é feita irrestritamente. Um artigo publicado numa revista conceituada não representa apenas a opinião do autor; leva também o selo da autenticidade científica através do imprimatur dado pelo editor e os examinadores que ele possa ter consultado (ZIMAN, 1979, p. 124).

Com o crescimento das publicações científicas, aumentou-se também o trabalho das editoras comerciais, uma vez que o método mais utilizado para expandir a comunicação científica é por meio dos periódicos (COSTA; AMARO; ASSIS, 2012).

Devido ao avanço das publicações científicas, surgiu o movimento *Open Access*, que defende o acesso livre às publicações, com destaque para a *Budapest Open Access Initiative* que lançou, em 2002, uma campanha mundial para acesso aberto a todas as novas pesquisas.

“Acesso aberto” à literatura científica revisada por pares significa a disponibilidade livre na Internet, permitindo a qualquer usuário ler, fazer download, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou referenciar o texto integral desses artigos, recolhê-los para indexação, introduzi-los como dados em software, ou usá-los para outro qualquer fim legal, sem barreiras financeiras, legais ou técnicas que não sejam inseparáveis ao próprio acesso a uma conexão à Internet. As únicas restrições de reprodução ou distribuição e o único papel para o direito autorial neste domínio é dar aos autores o controle sobre a integridade do seu trabalho e o direito de ser devidamente reconhecido e citado (BOAI, 2012).

O movimento de acesso aberto é uma proposta de enfrentamento aos direitos de reprodução, que reportam ao século XVIII, visto que, em 1710, Ana, a Rainha da Inglaterra, criou o “Copyright Act” para incentivar a produção cultural da época. Este ato previa a remuneração de autores que eram explorados pelos editores detentores dos meios técnicos de reprodução e de privilégios de publicação das obras (BARACAT; RIGOLIN, 2012). Entretanto, essas regras não foram aplicadas às revistas científicas.

Uma forma de proteger os direitos autorais e, ao mesmo tempo, garantir o acesso e uso da obra, é a utilização da licença *Creative Commons*. A Creative Commons é uma organização sem fins lucrativos que permite o compartilhamento e o uso da criatividade e do conhecimento por meio de instrumentos jurídicos gratuitos (CREATIVE COMMONS, 2013, tradução nossa).

Este movimento está longe do fim, mas a BOAI se compromete a realizar progressos nos próximos anos e já determinaram a nova meta para os próximos dez anos “ser o método normal e padrão para distribuir os novos resultados de pesquisa com revisão por pares, em todos os

domínios científicos e em todos os países.” (BOAI, 2012).

3. Procedimentos metodológicos

Recorre-se, para o atingimento dos objetivos, à pesquisa com enfoque quantitativo e qualitativo uma vez que se complementam tendo em vista a busca e a compreensão das causas do problema. É qualitativa visto que trabalha com observações, descrições, comparações e interpretações. Gerhardt e Silveira (2009, p. 32) explicam que “Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito [...]”. O caráter quantitativo da pesquisa está presente dado que também é um estudo numérico que se utiliza técnicas estatísticas para descrever as características de uma situação. Faz uso, portanto, de instrumentos, como por exemplo formulários, para coletar dados. Para Assis (2001, p. 20), a pesquisa quantitativa se utiliza de números para deduzir informações.

Com abordagem descritiva busca-se descrever na pesquisa as características de um grupo ou de um acontecimento pois, segundo Assis (2001, p. 18), visa observar, registrar, analisar, classificar e interpretar os dados sem interferência, sem manipulação do pesquisador. Caracteriza-se, também, como exploratória uma vez que busca habituar-se com o que se deseja estudar. Definiu-se o tipo de pesquisa exploratória por ser uma pesquisa no campo social. Segundo Gonsalves (2011), a pesquisa exploratória apresenta dados que são a base do estudo e propõe uma visão panorâmica devido à elucidação e o desenvolvimento de ideias.

Como técnica de pesquisa apela para a pesquisa bibliográfica e documental; bibliográfica para identificar estudos sobre o tema pesquisado e, nesta pesquisa, para a seleção do material teórico. A vantagem por escolher a pesquisa bibliográfica se encontra na vasta gama de opções de fontes bibliográficas. Gil (2002, p. 44) realça que a pesquisa bibliográfica:

[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas.

A pesquisa documental, também adotada nesta pesquisa, investiga a veracidade das informações nos documentos, dado que recorre a fontes mais diversificadas. Segundo Gil (2002, p. 45), a “pesquisa documental vale-se de materi-

ais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.”

O formulário, instrumento utilizado para a coleta de dados, foi aplicado nesta pesquisa com o intuito de se obter informações sobre os periódicos, objeto de pesquisa para a realização do estudo. O formulário é um instrumento com campos pré-definidos, nos quais são preenchidos dados e informações levantados na pesquisa, o que permite a formalização das comunicações e o registro destes dados (CURY apud KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010). No formulário foram estabelecidos os seguintes campos para a identificação dos periódicos científicos: área de avaliação, estrato, nacional (sim ou não), título do periódico, ISSN e escopo (informado no editorial do periódico). Para a coletada de dados sobre os artigos os seguintes campos fizeram parte do formulário: título do periódico, ISSN, volume, número e ano em que o artigo foi publicado, título do artigo, link de acesso, autor, palavras-chave, resumo e categoria de análise.

A análise dos dados coletados foi feita por meio de análise de conteúdo que, de acordo com Gil (2002, p. 89), “possibilita a descrição do conteúdo manifesto e latente das comunicações.”

Para Bardin (1977):

A análise de conteúdo desenvolve-se em três fases. A primeira é a pré-análise, onde se procede à escolha dos documentos, à formulação de hipóteses e à preparação do material para análise. A segunda é a exploração do material, que envolve a escolha das unidades, a enumeração e a classificação. A terceira etapa, por fim, é constituída pelo tratamento, inferência e interpretação dos dados.

A coleta concentrou-se nos anos de 1998 e 2013, com estrato Qualis B1, B2 e B3 no sistema Qualis, na área de Ciências Sociais Aplicadas I, que abrangem estudos de Biblioteconomia e Ciência da Informação foi possível reunir dados de diversos artigos publicados em diferentes periódicos, identificar e quantificar os artigos nacionais publicados sobre catalogação.

Para coletar os dados dos periódicos acessou-se o sistema WebQualis (disponível em: <http://qualis.capes.gov.br/webqualis/principal.seam>) e, em Consulta, Por Classificação / Área de Avaliação, selecionou-se Ciências Sociais Aplicadas I, e indicou-se o estrato B1. O resultado foi exportado para PDF, uma vez que seria necessário tratamento dos dados. O mesmo processo foi feito com os estratos B2 e B3. Os dados coletados no sistema foram registrados em um formulário específico.

Para obter as informações dos artigos para análise foi preciso procurar o site de cada periódico para se ter acesso ao país de publicação, ao escopo, aos artigos, aos anos, às palavras-chave e ao resumo. Feito isso foi possível analisar os artigos e estabelecer as categorias de pertencimento temático à área de catalogação.

4. Análise dos resultados

Os resultados indicam a análise quantitativa e, posteriormente, a análise qualitativa dos dados. A tabela 2 indica a quantidade de periódicos científicos identificados nos estratos B1, B2 e B3 do Qualis.

Estrato	Números de Periódicos
B1	167
B2	99
B3	174

Tabela II – Quantidade de periódicos científicos identificados nos estratos B1, B2 e B3 do Qualis

Observa-se que as publicações concentram-se nos estratos B1 e B3. O gráfico 1 apresenta a distribuição das revistas nos estratos e reflete, percentualmente, os dados apresentados na tabela II.

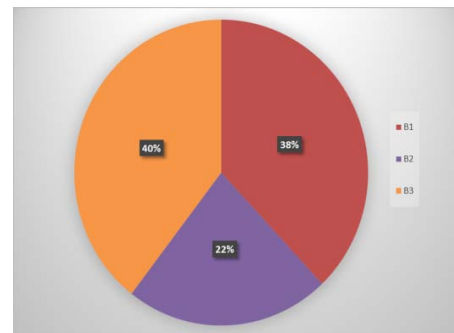


Gráfico 1. Distribuição de periódicos científicos segundo estratos B1, B2 e B3 do Qualis

Tendo sido identificados os títulos dos periódicos científicos da área de Ciências Sociais Aplicadas, procedeu-se outra análise, na qual identificou-se a nacionalidade das publicações e dividiu os periódicos entre os estratos B1, B2 e B3, em nacionais e internacionais. Esta análise poder ser vista na tabela e nos gráficos a seguir:

Estrato	Nacional	Internacional	Total
B1	112 (67%)	55 (33%)	167 (100%)

B2	52 (53%)	47 (47%)	99 (100%)
B3	115 (66%)	59 (34%)	174 (100%)

Tabela III – Distribuição da publicação dos periódicos científicos segundo estratos B1, B2 e B3 do Qualis

De acordo com a tabela a cima, nota-se que a maioria dos periódicos divididos nos estratos B1, B2 e B3, são nacionais.

O gráfico a baixo representa a porcentagem dos periódicos nacionais divididos entre os estratos B1, B2 e B3.

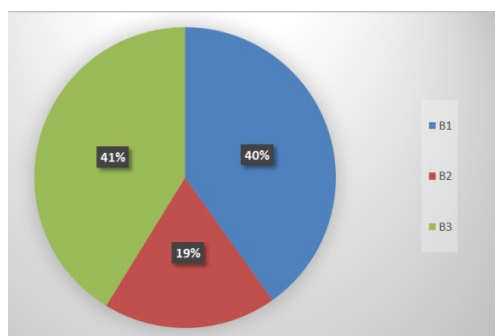


Gráfico 2. Distribuição de periódicos científicos nacionais segundo estratos B1, B2 e B3 do Qualis

A partir do gráfico, observa-se que os periódicos se concentram mais nos estratos B1 e B3.

Mostra-se neste gráfico a porcentagem dos periódicos internacionais divididos entre os estratos B1, B2 e B3.

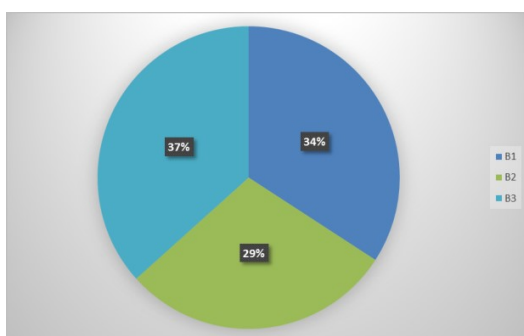


Gráfico 3. Distribuição de periódicos científicos internacionais segundo estratos B1, B2 e B3 do Qualis

Nesse caso, os periódicos internacionais são mais distribuídos entre os três estratos.

Tendo sido identificados os periódicos nacionais, utilizou-se os periódicos nacionais e os subdividiu em escopos gerais e de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Confira na tabela a baixo:

Estrato B1	Números de Periódicos
Geral	94
Ci. Inf.	18

Tabela IV – Quantidade de periódicos científicos nacionais do Estrato B1 com escopo em Biblioteconomia e Ciência da Informação

No gráfico a baixo pode ser observado a grande diferença de porcentagem entre os periódicos nacionais da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação e os periódicos gerais.

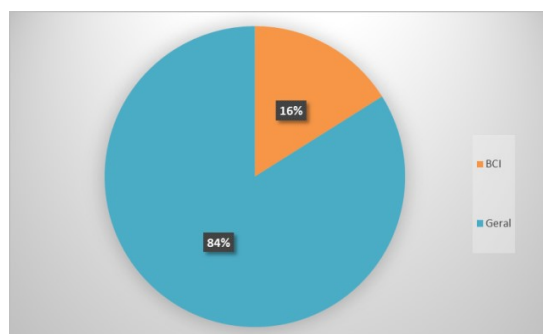


Gráfico 4. Distribuição de periódicos científicos nacionais com estratos B1 com escopo em Biblioteconomia e Ciência da Informação

A seguir, exibe-se uma tabela com o número de periódicos nacionais, com estratos B2 e escopo em Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Estrato B2	Números de Periódicos
Geral	48
Ci. Inf.	4

Tabela V – Quantidade de periódicos científicos nacionais do Estrato B2 com escopo em Biblioteconomia e Ciência da Informação

O gráfico 5 simboliza a porcentagem de periódicos nacionais com estrato B2, que são da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

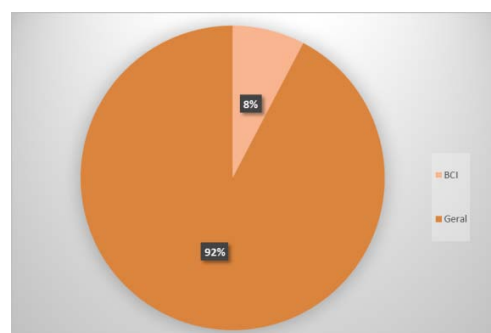


Gráfico 5. Distribuição de periódicos científicos nacionais com estratos B2 com escopo em Biblioteconomia e Ciência da Informação

A tabela a seguir tem como objetivo representar os periódicos nacionais, com estrato B3, que são da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Estrato B3	Números de Periódicos
Geral	110
Ci. Inf.	5

Tabela VI – Quantidade de periódicos científicos nacionais do Estrato B3 com escopo em Biblioteconomia e Ciência da Informação

Para finalizar, o gráfico a seguir mostra o percentual dos periódicos nacionais, com estrato B3 na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

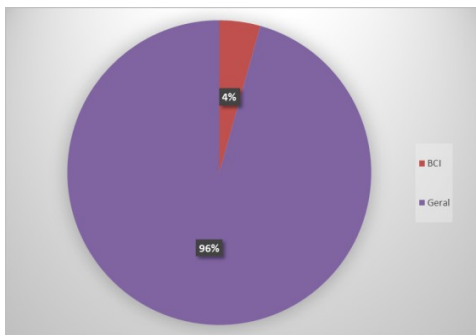


Gráfico 6. Distribuição de periódicos científicos nacionais com estratos B3 com escopo em Biblioteconomia e Ciência da Informação

4.1. Análise qualitativa dos dados

A análise qualitativa da pesquisa foi desenvolvida a partir da análise de conteúdo, proposta por Bardin (1977).

Segundo Bardin (1977) a análise de conteúdo se organiza em três momentos: [1] pré-análise para escolha e preparo do material para análise; [2] exploração e classificação do material; [3] tratamento dos resultados pela interpretação dos dados.

A pré-análise é responsável por escolher os documentos a serem analisados e organizar o material. Nesta pesquisa a pré-análise foi feita ao acessar o sistema WebQualis, consultar os dados por classificação e selecionar a área Ciências Sociais Aplicadas I e os estratos B1, B2 e B3.

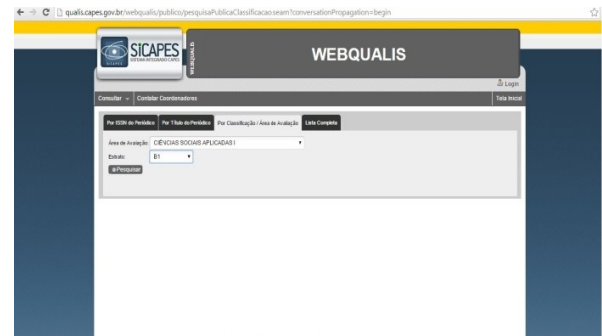


Figura 1. Acesso ao sistema WebQualis

Após feito isso, os dados foram sistematizados em um formulário contendo as informações: título do periódico, área de avaliação, escopo, estrato e nacionalidade, para posteriormente explorá-los.

A exploração do material é a etapa mais longa e trabalhosa e tem-se três sub etapas: a) escolha do tema, b) seleção das regras a serem utilizadas e c) escolha de categorias. Nesta etapa ocorre a realização das decisões tomadas na pré-análise, isto é, é aqui que os dados começam a ser tratados e classificados conforme o interesse da pesquisa.

Neste trabalho a exploração do material foi feita a partir dos dados agrupados no formulário. Inicialmente buscou o site dos periódicos nas bases MIAR(1) e ROAD(2). Os periódicos que não foram encontrados nessas bases foram procurados nas bases do SCIELO, IBICT e Latindex. Para os periódicos que não foram encontrados nessas bases, as buscas foram feitas no Google.

Após identificar os sites dos periódicos, fez-se uma varredura e descartou-se os periódicos internacionais, restando apenas os periódicos brasileiros para serem analisados. Nos sites dos periódicos nacionais, examinou-se a partir da descrição do periódico qual seria o escopo. Após esse diagnóstico, selecionou-se apenas os periódicos com escopo de Biblioteconomia e Ciência da Informação para, posteriormente, analisá-los. Com o material selecionado, deu-se início à exploração do mesmo. Buscou-se todos os artigos científicos publicados desde 1998 até 2013 nos periódicos nacionais com escopo de catalogação. Em seguida coletou-se os dados relevantes, tais como: título do artigo, ano de publicação, volume, número, link de acesso, autor, palavras-chave e resumo, em outro formulário. Terminada a coleta de dados, analisou-se as palavras-chave para identificação temática dos artigos, depois analisou os resumos para esclarecer possíveis dúvidas e por último agru-

pou-se em categorias os artigos relacionados à catalogação.

Finalizando a análise de conteúdo, foi feito o tratamento dos resultados, fase responsável por compreender e interpretar os dados. Após a classificação dos dados em categorias foi feita uma interpretação dos resultados de acordo com o tema proposto e criou-se uma nuvem de tags usando o wordle.

A análise da nuvem de tags foi feita para identificar as palavras mais utilizadas como palavras-chave, que pode ser vista a seguir:



Figura 2. Nuvem de tags criada a partir das ocorrências identificadas nos artigos

O tamanho das palavras relaciona-se à quantidade de vezes que ela foi citada. Sendo assim, a palavra mais citada aparecerá maior, que é o caso da expressão “Recuperação da Informação”, citada 47 vezes. Em seguida, temos as 10 palavras-chave mais citadas em ordem decrescente e a frequência que ela foi citada: Ontologia (43), Organização da Informação (37), Metadados (31), Organização do conhecimento (28), Indexação (24), Representação do conhecimento (21), Representação da informação (19), Classificação (16), Tesauro (16) e Linguagem Documentária (15). Todas essas palavras estão ligadas à catalogação.

4.2. Análise qualitativa dos dados

Ao analisar os dados, observou-se que o número de artigos publicados em periódicos científicos nacionais, da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, com temática sobre catalogação, com estratos B1, B2 e B3 no sistema da Qualis, aumentou consideravelmente.

O acesso aos artigos utilizados nesta pesquisa pode ser consultado no apêndice C.

O crescimento entre 1998 e 2013 foi de 600% e pode ser visto na tabela a seguir:

Ano	Qtde. artigos
1998	7
1999	5
2000	4

2001	13
2002	11
2003	7
2004	21
2005	16
2006	21
2007	32
2008	30
2009	31
2010	37
2011	35
2012	37
2013	42

Tabela VII – Distribuição de artigos de periódicos científicos nacionais estrato B1, B2 e B3 e com escopo em Biblioteconomia e Ciência da Informação entre os anos de 1998 e 2013

O gráfico a seguir indica a distribuição de artigos ao longo dos anos.

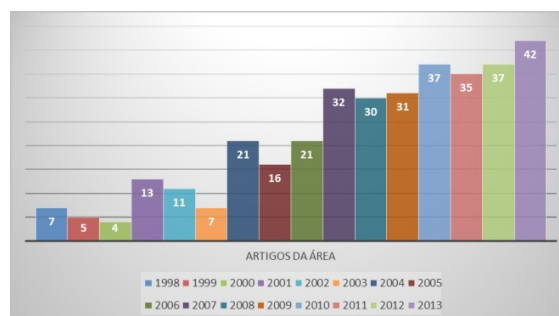


Gráfico 7. Distribuição de artigos de periódicos científicos nacionais estrato B1, B2 e B3 e com escopo em Biblioteconomia e Ciência da Informação entre os anos de 1998 e 2013

Observa-se no gráfico que o crescimento do número de artigos da área desde 1998 até o ano de 2013 não foi constante, teve ano que esse número diminuiu em relação ao ano anterior. Foi um avanço muito grande e significativo na área.

5. Considerações finais

A relação entre as necessidades dos usuários e a criação de novas tecnologias se mistura de tal modo que não há como definir o sentido da influência. O que faz com que novas ferramentas e tecnologias se alterem.

A Biblioteconomia tem passado por intensas modificações, repercutindo nos estudos do cenário nacional da catalogação. Constatou-se que o forte avanço na área de catalogação a partir de 1998, foi devido às mudanças nos catálogos.

Os resultados desta pesquisa mostram que houve um crescimento considerável nos estudos da área de catalogação após 1998. No início desta pesquisa, acreditava-se que essa evolução na área de catalogação era em virtude das publicações dos FRBR, porém, não foi confirmada, uma vez que foi pouco mencionado nos artigos. Constatou-se que este avanço tenha se dado pelas novas ferramentas e tecnologias, ao fato da mudança ocorrida nos catálogos e na reconfiguração dos objetivos bibliográficos, com destaque à preocupação com os usuários. Na atualidade os catálogos são voltados aos usuários, sendo assim, as mudanças devem acompanhar suas necessidades, que envolve buscas nos catálogos on-line, por isso o sistema deve ser mais flexível, de fácil entendimento e de rápida navegabilidade.

Os procedimentos metodológicos foram válidos para a realização dessa pesquisa. Por meio deles, tornou-se exequível realizar o objetivo proposto neste trabalho. Com os objetivos específicos foi possível estudar a evolução do desenvolvimento da catalogação ao longo dos anos a partir da publicação dos FRBR em 1998 por meio de coleta de dados; identificar os periódicos nacionais da área de Ciências Sociais Aplicadas I que abrangem estudos de Biblioteconomia e Ciência da Informação com Qualis, por meio do escopo editorial e da análise dos dados coletados; e identificar os artigos publicados a partir de 1998 sobre catalogação a partir da análise das palavras-chave e do resumo de cada artigo.

Após a análise dos resultados, conclui-se que, houve um aumento de 600% no número de artigos publicados nas revistas científicas nacionais com estratos B1, B2 e B3 sobre catalogação no sistema Qualis, desde 1998. Verificou-se que, a repercussão dada à publicação dos FRBR nas publicações não se afirmou, isto é, a expectativa não se confirmou e deduz-se que o avanço na catalogação está voltado às necessidades dos usuários, às mudanças ocorridas nos catálogos e ao surgimento de novas ferramentas e tecnologias.

Notas

- (1) Base de dados que por meio do Índice Composto de Difusão Secundária (ICDS) mostra em quais bases de dados estão os periódicos científicos e exibe alguns dados do periódico. Disponível em: <http://miar.ub.edu/>.
- (2) Base de dados que conta com o apoio da UNESCO e ao pesquisar nela você encontra todos os dados do periódico, inclusive o site do periódico. Disponível em: < <http://road.issn.org/>>

Referências

- BAPTISTA, Dulce. Catalogação: uma revolução em curso. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9.. 2008. São Paulo. Anais... São Paulo, 2008. p. 1-9. Disponível em: <<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/789/7.pdf?sequence=1>>. Acesso em 19 abr. 2014.
- BARACAT, Alyssa Cecília; RIGOLIN, Camila Carneiro Dias. Proteção do Conhecimento e Movimento Open Access: Discussões no Âmbito da Organização Mundial da Propriedade Intelectual | Knowledge protection and open access movement: discussions in the scope of the World Intellectual Property Organization. Liinc em Revista, v. 8, n. 2, 18 dez. 2012a.
- BARBOSA, Alice Príncipe. Novos rumos da catalogação. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1978.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. [L'analyse de contenu]. Luis Antero Reto (Trad.). São Paulo: Edições 70, c1977. 225 p.
- BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. ISBD: Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada. [s.d.]. Disponível em: <http://www.bnportugal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=491:isbd&catid=78:normalizacao&Itemid=541&lang=pt>. Acesso em: 11 mai. 2014.
- BOAI. Budapest Open Access Initiative | Portuguese (Brazilian) Translation. Disponível em: <<http://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai-10-translations/portuguese-brazilian-translation>>. Acesso em: 08 nov. 2014.
- COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE NÍVEL SUPERIOR. Qualis. 2009. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/servicos/sala-de-imprensa/36-noticias/2550-capes-aprova-a-nova-classificacao-do-qualis>>. Acesso em: 19 abr. 2014.
- CORRÊA, Rosa Maria Rodrigues. Catalogação descritiva no século XXI: um estudo sobre RDA. 2008. 65 f. Dissertação (mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília. 2008. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/correa_rmr_mar.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2014.
- COSTA, M.; AMARO, B.; ASSIS, T. Serviços de difusão de políticas para o acesso aberto: Sherpa/Juliet, Melibea e ROARMAP. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 17, n. esp. 2, p. 36–54, 2012.
- CREATIVE COMMONS. Get Creative Commons updates, 2013. Disponível em: <<http://creativecommons.org/about>>. Acesso: 09 nov. 2014.
- DENTON, William. FRBR and the history of cataloging. In: TAYLOR, Arlene. Understanding FRBR: What it is and how it will affect our retrieval tools. Westport: Libraries Unlimited, 2007. Disponível em: <<http://yorkspace.library.yorku.ca/xmlui/bitstream/handle/10315/1250/denton-frbr-and-the-history-of-cataloging.pdf?sequence=1>>. Acesso: 11 mai. 2014.
- FIGUEIREDO, Nice Menezes de. A modernidade das cinco leis de Ranganathan. Ciência da Informação. Brasília, v. 21, n. 3, p. 186-191, set/dez. 1992. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/viewFile/1277/911>>. Acesso em 28 mai. 2014.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. (Série Educação a Distância).
- GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

- GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GONSALVES, Elisa Pereira. *Conversas sobre a iniciação à pesquisa científica*. 5. ed. Campinas: Alínea, 2011.
- HUNTER, E. J.; BAKEWELL, K. G. B. *Cataloguing*. 2nd. rev. exp. ed. London: Clive Bingley, 1983.
- INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATION. IFLA meeting of experts on a international cataloguing code. 2014. Disponível em: <<http://www.ifla.org/node/576>>. Acesso: 29 mai. 2014.
- INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATION. (2009). *Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR): final report*. [s.l.]: IFLA.
- INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATION. Fifth IFLA meeting of experts on an international cataloguing code. 2007. Disponível em: <<http://www.imeicc5.com/>>. Acesso: 29 mai. 2014.
- INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATION. Fourth IFLA meeting of experts on an international cataloguing code. 2006. Disponível em: <<http://www.nl.go.kr/icc/icc/main.php>>. Acesso: 29 mai. 2014.
- INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATION. Second IFLA meeting of experts on an international cataloguing code. 2004. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/imeicc2/>>. Acesso: 29 mai. 2014.
- INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATION. Third IFLA meeting of experts on an international cataloguing code. 2005. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/imeicc3/>>. Acesso: 29 mai. 2014.
- INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS. Declaração de princípios internacionais de catalogação. 2009. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/icp/icp_2009-pt.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2014.
- JOINT STEERING COMMITTEE FOR DEVELOPMENT OF RDA. *RDA Resource description and access*. 2009. Disponível em: <<http://www.rda-jsc.org/rda.html>>. Acesso em: 11 mai. 2014.
- KAUARK, Fabiana da Silva; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. *Metodologia da pesquisa: um guia prático*. Itabuna, 2010.
- LE BOEUF, Patrick. O admirável mundo novo do FRBR. 2007. Disponível em: <[http://www.imeicc5.com/download/portuguese/Presentations2c_BraveNewFRBRWorld\(PR\)_Port.pdf](http://www.imeicc5.com/download/portuguese/Presentations2c_BraveNewFRBRWorld(PR)_Port.pdf)>. Acesso em: 19 abr. 2014.
- MEADOWS, Arthur Jack. *A comunicação científica*. Tradução Antonio Agenor Briquet De Lemos. Brasília: Briquet De Lemos, 1999.
- MORENO, Fernanda Passini. Modelo conceitual FRBR: discussões recentes e um olhar sobre as tarefas do usuário. *Ciência da Informação*, Florianópolis, v. 14, n. 27, p. 47-68, 2009. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000006843&dd1=ccf71>>. Acesso em 19 mai. 2014.
- OLIVER, C. (2010). *Introducing RDA: a guide to the basics*. Chicago: ALA.
- RANGANATHAN, S. R. *As cinco leis da Biblioteconomia*. Tradução Tarcisio Zandonade. Brasília: Briquet De Lemos, 2009.
- SHEOLA, Noah. Charles Ammi Cutter. 2010. Disponível em: <<https://www.bostonathenaeum.org/library/book-recommendations/athenaeum-authors/charles-ammi-cutter>>. Acesso em: 18 mai. 2014
- SILVA, Eliana Barboza de Oliveira et al. Conceituação e aplicação do novo padrão para descrição bibliográfica Resource Description and Access. *CRB-8 Digital*, São Paulo, v. 1, n. 5, p. 113-123, jan. 2012. Disponível em: <<http://revista.crb8.org.br/index.php/crb8digital/article/viewFile/74/76>>. Acesso em: 19 abr. 2014.
- SMIRAGLIA, Richard. The history of the work in the modern catalog. *Cataloging & Classification Quarterly*, v. 35, n. 3/4, p.553-567, ago. 2003.
- TILLET, Bárbara. Visão Geral do Esboço da Declaração dos Princípios de Catalogação. 2007. Disponível em: <http://www.imeicc5.com/download/portuguese/Presentations4_Cataloguing%20principles-IME%20ICC%20overview_BT_Port.pdf>. Acesso em 29 mai. 2014.
- ZAFALON, Zaira. *Objetivos bibliográficos*. São Carlos, 2011. Resenha de: SVENONIUS, Elaine. *Bibliographic objectives*. In: _____. *The intellectual foundation of information organization*. Cambridge: MIT Press, 2000. p. 15-30.
- ZIMAN, J. *Conhecimento público*. São Paulo: Itatiaia, 1979.